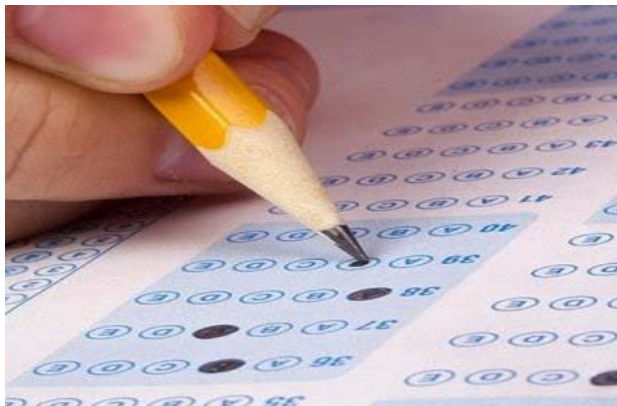




CONCURSO PÚBLICO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO



CARGO: 002

CONTADOR

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

01. O candidato deve verificar se este material está em ordem, caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
02. A prova consistirá de **40 questões** com **quatro** alternativas (**A, B, C, D**) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada, com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
03. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
04. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
05. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE PROVA NESTE HORÁRIO**.
- 06 - O caderno de prova somente poderá ser levado pelo candidato faltando 01 (uma) hora para o término das mesmas.
07. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 08h e término às 11h.

ACPI - Assessoria, Consultoria,
Planejamento e Informática



Mais informações:
www.acpi.com.br
concurso@acpi.com.br

Telefone: (65) 2123 - 4604

NOME DO CANDIDATO



Concurso Público 001/2015 - Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Grau de investimento

Sou de uma geração que crise econômica era uma rotina do dia a dia. Quando cursei economia, na década de 1980, a inflação mensal era de dois dígitos, passei por Cruzado, Cruzado Novo, confisco de Collor até chegar ao Plano Real. Sou de uma geração em que dever para o FMI era regra, não exceção. Só passei a viver em um país com grau de investimento em 2008. Mas durou pouco, a perda do grau de investimento, anunciada pela agência de classificação de risco Standard & Poors, na quinta-feira passada, significa um retrocesso que precisa merecer resposta à altura, do Palácio do Planalto. Foi justamente essa agência de avaliação de risco a primeira a elevar a nota da economia brasileira em 2008, incluindo-a entre as recomendadas como destino para grandes investidores internacionais. Se quiser evitar que as demais instituições sigam o mesmo caminho, o país precisa enfrentar de vez as razões de ter caído para o nível especulativo.

Nas explicações para o fato de ter antecipado a decisão, que ocorre poucos dias depois de o Planalto enviar ao Congresso uma proposta orçamentária com deficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado. A principal alegação é o fato de o governo, logo depois de reduzir a meta fiscal, ter partido para uma projeção de deficit. Outra questão apontada é a “falta de coesão” dentro da equipe oficial. Por mais que membros do governo insistam em minimizar o impacto da retirada do selo de bom pagador, é evidente que resta agora administrar os danos.

A perda de uma conquista importante para o país, como o grau de investimento, tem impacto sobre todos os brasileiros. Por isso, o Planalto deve ações firmes e imediatas. O simples fato de o país passar a ser visto como de maior risco implica redução nos investimentos, pressões sobre o câmbio, como as registradas ontem, e crédito mais caro para empresas e pessoas físicas. Num segundo momento, tende a gerar ainda mais desemprego, além de decisões como o rebaixamento da Petrobras, anunciado ontem. Por isso, não bastam apenas reuniões de emergência como a convocada quinta-feira pela presidente da República, nem as reiteradas manifestações tranquilizadoras do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. É preciso ação.

O governo deve fazer agora o que não fez antes, quando ainda havia tempo de evitar consequências drásticas de suas falhas de gerenciamento, como as previstas a curto e médio prazos. Isso significa, antes, acertar-se internamente e com o Congresso para, de imediato, promover reformas corajosas e eficazes que levem as contas do setor público a recuperar o equilíbrio.

(Texto escrito por Gustavo Oliveira, diretor de Redação do Diário de Cuiabá, edição nº 14298.)

QUESTÃO 01

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) As moedas que circularam no país nas últimas décadas foram o Cruzado, o Cruzado Novo e o atual Real.
- B) Desde 1980 o país tem enfrentado grandes crises econômicas, vindo a melhorar em 1985.
- C) O FMI é o Fundo Monetário Internacional. É uma organização internacional com o objetivo de regular e atuar diretamente no funcionamento do sistema financeiro mundial.
- D) O Congresso precisa fazer reformas eficientes para que assim o país não chegue a consequências drásticas.

QUESTÃO 02

“Sou de uma geração que crise econômica era uma rotina do dia a dia. Quando cursei economia, na década de 1980...”

O autor escreveu parte do texto na primeira pessoa. Então podemos afirmar que:

- A) O texto é narrativo.
- B) O texto é descritivo.
- C) O texto é dissertativo.
- D) Carta aberta.

QUESTÃO 03

“Mas durou pouco, a perda do grau de investimento...”

Sobre a palavra “perda” É INCORRETO afirmar que:

- A) É sinônimo da palavra “perca”.
- B) São antônimas as palavras “ganhar” e “perder”.
- C) São parônimas as palavras “perda” e “perca”.
- D) É um substantivo que significa se “privar”, “excluir”.

QUESTÃO 04

“Outra questão apontada é a falta de coesão dentro da equipe oficial.”

Na frase “...é a falta de coesão dentro da equipe oficial” temos:

- A) Predicado verbal.
- B) Predicado verbo-nominal.
- C) Predicativo do sujeito.
- D) Predicado nominal.

QUESTÃO 05

“A perda de uma conquista importante para o país, como o grau de investimento, tem impacto sobre todos os brasileiros.”

O termo “como” é especificamente:

- A) Preposição.
- B) Conjunção.
- C) Advérbio.
- D) Artigo.

QUESTÃO 06

“É preciso ação.”

Ao analisarmos a frase acima não temos:

- A) Predicado nominal.
- B) Verbo de ligação.
- C) Locução verbal.
- D) Sujeito indeterminado.

QUESTÃO 07

“...a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado.”

Sobre as regras de acentuação é CORRETO afirmar que:

- A) Não se usa mais o acento nos ditongos abertos éi e ói das palavras paroxítonas que têm acento tônico na penúltima sílaba.
- B) Nas palavras oxítonas, não se usa mais o acento no “i” e no “u” tônicos quando vierem depois de um ditongo.
- C) Se a palavra for paroxítona e o “i” ou o “u” estiverem em posição final (ou seguidos de s), o acento permanece.
- D) É facultativo o uso do acento nas palavras ídeia/ideia.

QUESTÃO 08

“A principal alegação é o fato de o governo, logo depois de reduzir a meta fiscal, ter partido para uma projeção de deficit.”

Sobre a frase: “logo depois de reduzir a meta fiscal” é CORRETO afirmar que:

- A) Aposto explicativo.
- B) Aposto conclusivo.
- C) Adjunto adverbial deslocado.
- D) Adjunto adverbial meio.

QUESTÃO 09

“Por mais que membros do governo insistam em minimizar o impacto da retirada do selo de bom pagador, é evidente que resta agora administrar os danos.”

O sentido do termo “selo de bom pagador” na frase equivale a:

- A) Registro autenticado.
- B) Nota promissória.
- C) Grau de investimento.
- D) Cartão magnético.

QUESTÃO 10

“Nas explicações para o fato de ter antecipado a decisão, que ocorre poucos dias depois de o Planalto enviar ao Congresso uma proposta orçamentária com deficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado.”

Em relação ao “que” e ao “do que” encontrados na frase, pode-se afirmar que são, respectivamente:

- A) Conjunção integrante/conjunção integrante.
- B) Pronome relativo/conjunção integrante.
- C) Pronome relativo/preposição.
- D) Pronome relativo/pronome relativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

O chefe do Poder Executivo de um determinado Município editou um ato normativo com o objetivo de conseguir benefícios pessoais. Assinale a alternativa em que consta o princípio violado:

- A) Impessoalidade.
- B) Eficiência.
- C) Moralidade.
- D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 12

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

II- Somente a inexecução total do contrato enseja a sua rescisão.

III- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, podendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- C) Apenas o item I é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 13

Julgue os itens abaixo em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A licitação poderá ser revogada pelo Presidente da Comissão de Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

II- A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

III- A autoridade competente poderá anular a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, não necessitando de parecer escrito e devidamente fundamentado.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas o item II é verdadeiro.
- C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 14

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA acerca da responsabilidade civil:

I- A culpa exclusiva da vítima não exclui a responsabilidade do Estado;

II- Na culpa concorrente é atenuado o valor da indenização devida;

III- Em razão da estação chuvosa, o acúmulo de lixo nas vias públicas causou danos à população, nesse caso, a responsabilidade do Estado será objetiva, tendo em vista a sua conduta omissiva;

IV- Na teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil da administração pública por atos comissivos é objetiva, ou seja, depende da comprovação da culpa ou dolo.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 15

São requisitos fundamentais do ato administrativo, EXCETO:

- A) Competência.
- B) Finalidade.
- C) Objeto.
- D) Presunção de legitimidade.

QUESTÃO 16

Os contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, são denominados servidores:

- A) Ocupantes de cargo em comissão.
- B) Estatutários.
- C) Celetistas.
- D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 17

Analise os casos fictícios abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

I- Em um determinado Pregão participaram três empresas, A, B e C, todas com representantes presentes e todas tendo requerido o benefício concedido pela Lei Complementar 123/06 (ME e EPP). Ao final da etapa de lances, a empresa C ofertou o menor preço. Dando continuidade, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de habilitação da empresa C. Esta apresentou a certidão negativa de falência ou concordata vencida. O Pregoeiro concedeu o prazo do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06 para a empresa apresentar a referida certidão regularizada, no prazo de cinco dias úteis. ()

II- A Carta Convite foi encaminhada a três empresas, A, B e C, do ramo pertinente ao objeto a ser licitado, no dia 03/09/2015, com a abertura prevista para o dia 08/09/2015. No dia da sessão somente compareceram duas empresas. O presidente da Comissão deu prosseguimento à abertura da sessão com os presentes e, após a abertura dos envelopes de habilitação, foi verificada a documentação apresentada conforme estabelece o edital, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Em seguida, após a ausência de interposição de recurso, deu-se prosseguimento à sessão com a abertura das propostas de preços, momento em que o presidente verificou a conformidade das propostas com o edital. Sagrou-se vencedora a empresa B. Sem manifestação de recursos, o presidente da Comissão adjudicou e homologou o objeto à empresa vencedora. ()

III- Uma determinada Carta Convite foi encaminhada a cinco empresas no dia 17/09/2015, prevendo a abertura para o dia 25/09/2015. Ocorre que no dia 24/09/15 uma das empresas impugnou o edital, sob a alegação de que as especificações técnicas dos produtos a serem licitados estavam incorretas. A Comissão não só acatou a impugnação como retificou o edital. No dia 25/09/14 foi realizada a licitação, comparecendo quatro empresas. Não houve recursos e a proposta de preços da empresa vencedora foi apresentada dentro do valor estimado. Contudo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, o Presidente da Comissão achou por bem revogar a licitação. ()

- A) F, F, F.
- B) V, F, F.
- C) F, F, V.
- D) V, V, F.

QUESTÃO 18

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A prorrogação da vigência contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

II- A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

III- A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

IV- A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou o ato convocatório da licitação.

- A) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- C) Apenas o item IV é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 19

Com fulcro na Lei nº 8.666/93 e em suas alterações, pode ser realizada dispensa de licitação, EXCETO:

- A) Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- C) Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- D) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

QUESTÃO 20

De acordo com o Sistema de Registro de Preços, disposto no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- B) O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão não participante.
- C) A licitação para registro de preços será realizada na modalidade Concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/1993, ou na modalidade Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- D) O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

De acordo com as regras do ITBI, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso:

I - A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens imóveis transmitidos ou dos direitos reais cedidos, valor do imóvel para compra e venda à vista, segundo as condições usuais do mercado de imóveis. Na hipótese do Fisco não aceitar o valor, terá ensejo o arbitramento.

II - As alíquotas são fixadas em lei municipal, deverão ser proporcionais e não progressivas, uma vez que é vedada a progressividade para tal gravame, em razão de se tratar de imposto real.

III - No caso de o negócio sobre o qual incidiu ITBI ser desfeito, tendo este imposto sido recolhido anteriormente ao registro imobiliário, o contribuinte fará jus à restituição do respectivo valor.

IV - O ITBI é espécie de imposto sujeito a lançamento por declaração, a qual pode ser impugnada pela Administração fiscal municipal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 22

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - A Constituição Federal impõe o princípio da anterioridade, que obriga a consideração de que não basta a publicação de uma lei tributária e sua vigência para que sua força cogente seja eficaz, pois toda lei que instituir ou majorar tributos terá sua eficácia subordinada ao referido princípio, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas.

II - A legislação tributária, quanto ao espaço, submete-se ao princípio da territorialidade. Assim sendo, a legislação tributária é válida, em princípio, nos limites do território da pessoa jurídica que edita a norma. Todavia, a norma pode, por exceção, alcançar sujeitos passivos fora do Estado.

III - Em se tratando de isenções tributárias, o STF espousa a regra geral da revogabilidade das referidas isenções, excetuadas aquelas contidas por prazo certo e sob determinadas condições, quando se impõe o respeito ao cumprimento dessas cláusulas, entendendo-as, dessarte, como irrevogáveis.

IV - De acordo com a aplicação da legislação tributária, uma lei só se aplica aos fatos que ocorrerão após sua vigência, em abono ao princípio da irretroatividade. No entanto, essa regra não é absoluta, porque há leis que se aplicam a fatos pretéritos, portanto, lei de efeitos retroativos.

- A) Apenas o item I é verdadeiro.
- B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 23

De acordo com a Súmula nº 544 do STF abaixo transcrita, assinale a alternativa INCORRETA.

Súmula 544 STF - "Isenção tributária concedida sob condição onerosa não pode ser livremente suprimida."

- A) A isenção pode ser anulada.
- B) Caso seja revogada a isenção, observar-se-á o princípio da anterioridade.
- C) A isenção é dispensa legal, portanto, deve ser concedida por meio de lei; no entanto, não se exige idêntico diploma normativo para sua concessão, ou seja, tributo criado por lei complementar pode ser isento por lei ordinária.
- D) Caso a isenção seja revogada e se trate de isenção por prazo certo ou condicional, não há que se observar o princípio da anterioridade.

QUESTÃO 24

Analise o caso hipotético abaixo narrado e assinale a alternativa CORRETA.

Determinado servidor público efetivo do Município de São José do Povo - MT foi exonerado de seu cargo público após conclusão de processo de sindicância instaurado para averiguar determinadas infrações cometidas pelo servidor. Após a exoneração, o mesmo protocolou pedido de pagamento de verbas rescisórias, pois tinha décimo terceiro e férias proporcionais a receber.

- A) As verbas rescisórias não se sujeitam à incidência de Imposto de Renda, devendo o gravame incidir sobre as verbas com caráter salarial.
- B) A indenização devida ao servidor pelo município tem a finalidade de ressarcir-lo por um dano sofrido e possui caráter trabalhista, deste modo deve haver a incidência de Imposto de Renda e de INSS.
- C) A indenização devida ao servidor pelo município tem a finalidade de ressarcir-lo por um dano sofrido e possui caráter trabalhista, deste modo deve haver a incidência de Imposto de Renda apenas.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 25

De acordo com as regras relativas ao ISSQN, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O fato gerador do ISS caracteriza-se pela efetiva prestação remunerada de serviços a terceiros e não pelo contrato ajustado.
- B) Em face do princípio da estrita legalidade tributária, para que os municípios possam cobrar o ISS dos prestadores de serviços, devem instituí-lo por meio de lei complementar própria, que poderá adotar todos os itens da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, ou alguns deles, sendo-lhes, porém, defeso criar serviços não previstos nessa norma complementar.
- C) Se o serviço for gratuito, ou em benefício próprio do prestador, não ocorre subsunção do fato à norma, dando oportunidade à não incidência.
- D) Os municípios possuem autonomia para fixar as alíquotas do ISS, por meio de leis próprias, respeitando os limites fixados na legislação federal. Assim, temos como alíquota mínima 2% e máxima 5%.

QUESTÃO 26

São princípios gerais de Direito Público que abarcam o Direito Tributário, EXCETO:

- A) A Constituição, quando quer os fins, concede igualmente os meios adequados.
- B) O todo explica as partes.
- C) Quem pode o mais, sempre pode o menos.
- D) As exceções são restritas.

QUESTÃO 27

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - O ouro ativo financeiro ou instrumento cambial sujeita-se, exclusivamente, à incidência de IOF, uma vez que o imposto incide na primeira aquisição do ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial, efetuada por instituição autorizada integrante do Sistema Financeiro Nacional. A alíquota é de 1% e a base de cálculo do IOF é o preço de aquisição do ouro, desde que dentro dos limites de variação da cotação vigente no mercado doméstico no dia da operação.

II - Nas operações de câmbio a alíquota do IOF é de 25% e incide sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio.

III - Nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários a alíquota máxima é de 1% ao dia.

IV - Nas operações de seguro a alíquota é de 25% e incide sobre o valor dos prêmios de seguros pagos.

- A) Apenas os itens I, II e III são falsos.
- B) Apenas o item III é falso.
- C) Apenas os itens II e IV são falsos.
- D) Apenas os itens III e IV são falsos.

QUESTÃO 28

Conforme os dispositivos do Código Tributário Nacional e toda a legislação tributária vigente, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso:

I - É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do ITR.

II - É legal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria, submetido ao regime de pauta fiscal.

III - As empresas de construção civil estão obrigadas a pagar ICMS sobre mercadorias adquiridas como insumos em operações interestaduais.

IV - A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco.

- A) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- B) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
- C) Os itens II e III são verdadeiros.
- D) Os itens I e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 29

Analise a situação fictícia abaixo narrada.

Estabelecimento industrial sediado em Cuiabá - MT promoveu a saída, para contribuinte sediado em Rondonópolis - MT, de produto tributado pelo ICMS, destinado à comercialização. A operação teve as seguintes características:

- Valor normal da mercadoria: R\$ 30.000,00;
- Desconto incondicional concedido: R\$ 500,00;
- Seguro debitado ao adquirente: R\$ 400,00;
- IPI: R\$ 650,00;
- Frete destacado na NF e cobrado do adquirente: R\$ 400,00.

De posse dessas afirmações, assinale a alternativa CORRETA:

- A) No caso em tela o IPI não integrará a base de cálculo do ICMS, pois a operação foi realizada entre contribuintes, foi relativa a produto destinado à comercialização e configurou fato gerador dos dois impostos.
- B) No caso em tela, houve o preenchimento das condições, de modo que é possível, de início, concluir que o IPI comporá a base de cálculo do ICMS.
- C) Se o IPI não compuser a base de cálculo do ICMS, a mesma será de R\$ 31.300,00.
- D) A base de cálculo do ICMS será o valor da mercadoria, menos o desconto incondicional, mais o seguro, ou seja, R\$ 29.900,00, pois o valor referente ao frete, mesmo que destacado em NF, não pode ser cobrado do adquirente.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa INCORRETA.

Não incide imposto de renda nos seguintes casos:

- A) Férias não gozadas por necessidade do serviço.
- B) Aviso prévio, cumprido ou indenizado.
- C) Programa de incentivo à demissão voluntária.
- D) Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

A Lei nº 10.028/2000 alterou o Código Penal no que se refere aos crimes contra as finanças. Marque a assertiva que representa a pena para o crime de ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei:

- A) Detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
- B) Detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- C) Detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.
- D) Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

QUESTÃO 32

O Decreto-Lei nº 200/67 referencia normas de administração financeira e de contabilidade. Tendo em vista tal normativa, analise os itens abaixo:

I – Todo ato de gestão financeira deve ser realizado por força do documento que comprove a operação e registrado na contabilidade mediante classificação em conta adequada.

II – A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.

III – Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.

Assinale a assertiva CORRETA:

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Somente o item I está correto.
- C) Somente o item II está correto.
- D) Estão corretos somente os itens II e III.

QUESTÃO 33

Considerando o que a Lei nº 4.320/64 prescreve sobre a contabilidade pública, marque a alternativa INCORRETA:

- A) A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.
- B) O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.
- C) A contabilidade manterá registros analíticos dos bens móveis e imóveis.
- D) Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

QUESTÃO 34

Sobre os créditos adicionais, marque a assertiva correta:

- A) Créditos adicionais são, tão-somente, as autorizações de despesa computadas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- B) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- C) Os créditos especiais e extraordinários serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- D) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, não havendo possibilidade de reabertura no exercício seguinte.

QUESTÃO 35

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público serve tanto para controle quanto para padronização dos atos e fatos contábeis. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a estrutura do plano de contas é influenciada pela teoria das contas, que explica a representação e a classificação das contas contábeis. Sobre as principais teorias, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Na teoria personalista, cada conta assume a configuração de uma pessoa no seu relacionamento com a entidade. Dessa forma, os correspondentes representam os bens; os agentes consignatários representam os direitos e obrigações; e os proprietários representam o patrimônio líquido.
- B) Na teoria materialista, as contas representam relações materiais e se classificam em dois grandes grupos: em contas integrais, que representam bens, direitos e obrigações exigíveis; ou em contas diferenciais, que representam as contas do patrimônio líquido e suas variações, inclusive as receitas e despesas.
- C) Na teoria patrimonialista, entende-se que o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio e que a finalidade contábil é a administração do mesmo. As contas podem ser classificadas em: de resultado, que representam as receitas, despesas e patrimônio líquido; ou patrimoniais, que representam os bens, direitos e obrigações.
- D) Na Contabilidade Pública Brasileira, a estrutura conceitual do plano de contas terá base na teoria materialista, visando à evidenciação dos elementos patrimoniais, a compreensão da composição patrimonial e a demonstração de todos os bens, direitos e obrigações da entidade.

QUESTÃO 36

Considerando que a Receita Corrente Líquida de um município foi de R\$150.000,00, assinale a assertiva correta sobre o limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal:

- A) O valor total de despesa com pessoal, após as devidas deduções, não poderá exceder R\$ 75.000,00.
- B) Para a verificação dos limites, deverão ser somados os valores correspondentes às despesas com os inativos, os pensionistas, os incentivos à demissão voluntária e as indenizações por demissão de servidores ou empregados.
- C) A despesa total com pessoal do Executivo, após os ajustes permitidos por lei, não poderá exceder o valor de R\$81.000,00.
- D) O município poderá ter despesa de pessoal igual ao valor da Receita Corrente Líquida.

QUESTÃO 37

O recebimento da dívida ativa representa:

- A) Fato permutativo, por se tratar de uma receita não efetiva.
- B) Ato modificativo aumentativo, por se tratar de uma receita efetiva.
- C) Ato modificativo diminutivo, por se tratar de uma despesa efetiva.
- D) Fato misto, por ser uma receita efetiva que apresenta troca de elemento patrimonial.

QUESTÃO 38

De acordo com o Manual de Contabilidade Pública, a depreciação na administração pública:

- A) Deverá ser idêntica para todos os setores, devendo ter uma tabela única de vida útil para cada bem.
- B) Representa o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, sendo ocasionada exclusivamente pelo desgaste com o uso.
- C) Deverá ser contabilizada pelo total da aquisição dos terrenos e dos edifícios, pois são ativos inseparáveis quando adquiridos em conjunto.
- D) Poderá não ser aplicada, devido às características dos bens. Os terrenos e os bens de natureza cultural são exemplos de bens não depreciáveis.

Analise as informações hipotéticas abaixo e responda às questões 39 e 40:

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO
Receita Corrente	1.500,00	2.000,00	Despesa Corrente	1.000,00	1.300,00
Tributárias	1.000,00	1.250,00	Despesas de custeio	725,00	925,00
Patrimoniais	500,00	750,00	Juros e Encargos	275,00	375,00
Receita de Capital	1.350,00	1.400,00	Despesa de Capital	1.850,00	2.000,00
Operações de Crédito	850,00	850,00	Investimento	1.000,00	1.000,00
Alienação de Bens	500,00	550,00	Amortização da Dívida	850,00	1.000,00
SOMA	2.850,00	3.400,00	SOMA	2.850,00	3.300,00

QUESTÃO 39

Da análise do Balanço Orçamentário é possível inferir que:

- A) Houve excesso de arrecadação no valor de R\$ 100,00, que foi integralmente utilizado para o pagamento de juros.
- B) O saldo da Receita Corrente foi superior ao da Despesa Corrente. Tal fenômeno é chamado de descapitalização e não é benéfico para a administração pública, visto que está sendo utilizada receita corrente para o pagamento da despesa de capital.
- C) Houve a economia de gastos de R\$450,00, fato que influenciou no superávit na execução do orçamento.
- D) Houve a diminuição do endividamento.

QUESTÃO 40

O resultado primário da execução orçamentária apresentada foi de:

- A) Superávit primário de R\$ 75,00.
- B) Superávit primário de R\$100,00.
- C) Superávit primário de R\$ 250,00.
- D) Superávit primário de R\$ 700,00.